DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 5489/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/16332/2014
PROTOCOLO	: 1548214
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
ORDENADOR DE DESPESA	: JOSÉ ANTÔNIO ASSAD E FARIA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 018/2014
PROC. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2014
OBJETO	: SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO E DUAS SECRETARIAS.
COMPROMITENTE	: SIMEIA A. H. M. MUSTAFÁ-EPP SPORTS EMPÓRIO PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA. - ME.
RELATORA	: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEGALIDADE. REGULARIDADE. SOBRESTAMENTO DOS AUTOS NA INSPETORIA ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DA ATA. Cumpridas as determinações contidas na Lei 10.520/02, Lei 8666/93, Lei Complementar 160/2012 e Normas Regimentais desta E. Corte de Contas.

Em exame nestes autos a **Ata de Registro de Preços n. 018/2014**, oriunda do **Pregão Presencial n. 042/2014**, celebrada pelo **Município de Ladário/MS**, tendo por objeto o registro de preços para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para Prefeitura Municipal de Ladário e duas secretarias (peça 18).

A Ata foi celebrada aos onze dias do mês de setembro de 2014, tendo sua validade fixada por 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato.

A 6ª Inspetoria de Controle Externo analisou os autos (peça 20) e concluiu:

> "...
> *1 – Pela Regularidade e Legalidade do Procedimento Licitatório Pregão Presencial Nº 042/2014 (1ª FASE) nos termos do Art. 120, I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovada pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;*
> *2 – Pela Regularidade e Legalidade da formalização da Ata de Registro de Preço Nº 018/2014 (1ª FASE), nos termos do Art. 120, II, "a", do mesmo Diploma Legal.*
> ..."

O Ministério Público de Contas lançou seu parecer (peça 22) e consignou:

> "...
> *motivo pelo qual opina pela regularidade e legalidade, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar n° 160/2012, c/c o artigo120, inciso I alínea "a", do Regimento Interno TC/MS.*
> ..."

Conclusos, vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É o breve RELATÓRIO. Passo a DECIDIR

Após a regular instrução processual, constata-se que a 6ª Inspetoria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas apresentam posicionamento análogo acerca da regularidade e legalidade da matéria consignada nestes autos.

Compactuo com o entendimento exarado, em razão de que se encontram acostados aos presentes autos todos os documentos necessários à aprovação da Ata de Registro de Preços celebrada pelo Município de Ladário/MS, objetivando o

registro de preços para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para Prefeitura Municipal de Ladário e duas secretarias.

Ante o exposto, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar **REGULARES** e **LEGAIS** o Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. 042/2014 e a Ata de Registro de Preços n. 018/2014, celebrada pela Prefeitura Municipal de Ladário/MS, nos termos do art. 120, inciso I, alínea a, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TCE/MS);

2) Determinar a remessa dos autos à Inspetoria competente para permanecerem sobrestados até o final da vigência da Ata;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

É a **DECISÃO**.

Campo Grande/MS, 19 de agosto de 2015.

CONS. MARISA SERRANO
RELATORA

imc